

**CÂMARA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2023**

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

CPF:

NÍVEL: SUPERIOR

CARGO: 02 – ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Texto 1

A importância da educação no combate à desinformação

A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna. Com a facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas ultramodernas e de fácil aplicação e com a ampla oferta de canais de distribuição de alto impacto – redes sociais, por exemplo –, está cada vez mais fácil espalhar informações falsas e enganosas. O que temos visto nos últimos tempos é uma *avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos, capazes de gerar consequências graves*, como distorção da opinião pública, manipulação de eleições, problemas de saúde pública e até mesmo violência.

É inegável que a proliferação de novos canais de informação nascidos a partir da democratização do acesso à internet trouxe grandes benefícios à sociedade. Novos veículos de comunicação, novos espaços e formatos trouxeram dinamismo, diversidade e pluralidade ao ecossistema comunicacional. Sem contar que as redes sociais ampliaram muito positivamente a comunicação: de repente, cada um de nós passou a poder produzir informações, opinar, transmitir e interagir diretamente com milhares de pessoas. Passamos todos de simples consumidores a produtores altamente ativos dos mais diversos conteúdos.

Se, por um lado, a ampliação dos espaços de participação é positiva e deve ser comemorada, há também uma faceta negativa nesse movimento: nem todos têm a mesma habilidade para discernir entre verdadeiro e falso, para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo, nem tiveram tempo ou aprendizados para usar esses novos meios com responsabilidade e consciência. E os desafios não param por aí. A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização tornam o combate à desinformação cada vez mais árduo e complexo.

O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação. É preciso ir além da busca por uma solução mágica e atacar o problema de forma holística e multidisciplinar. É necessário avançar em soluções de longo prazo, que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais, mas também para os que possam surgir no futuro, principalmente com a cada vez maior digitalização da nossa sociedade.

É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à desinformação. Ao fornecer aos cidadãos as habilidades necessárias para avaliar a informação de forma crítica, diferenciar gêneros textuais e tipos de mídia, avaliar a credibilidade das fontes de informação e

identificar os preconceitos na mídia, a educação ajuda a reduzir a vulnerabilidade a conteúdos fraudulentos na medida em que aumenta a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente.

Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança. Ou seja, ser educado midiaticamente significa aprender a filtrar, ler criticamente e dar sentido ao enorme fluxo de informações que nos cerca. Significa desenvolver nossa voz, promovendo as habilidades necessárias para que possamos nos expressar em diversas linguagens, aprendendo e atuando em nossas comunidades.

Significa também aprender a utilizar a tecnologia para participar da sociedade de forma ética, promovendo a empatia, reconhecendo e respeitando a diversidade de vozes e combatendo o discurso de ódio e a intolerância. Para além do combate à desinformação, esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona, visando principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.

Levar esse tema para a sala de aula é fundamental e urgente. A união de esforços visando mobilizar todos os agentes envolvidos – como professores, formuladores de políticas públicas, membros da academia e sociedade em geral – é condição essencial para implementar a educação midiática nas escolas e, com isso, ajudar crianças e jovens a terem uma relação mais saudável e segura com as mídias.

O que precisamos agora é abrir cada vez mais espaço para a educação midiática nos currículos escolares, seguindo o exemplo bem-sucedido da Finlândia, que implementou políticas públicas eficazes para formar midiaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico. O país nórdico é hoje o campeão, pela sexta vez consecutiva, em resiliência à desinformação e ao fenômeno da pós-verdade, segundo o [Media Literacy Index](#), medido pelo Open Society Institute de Sofia (Bulgária).

O Brasil, aos poucos, está começando a reconhecer a importância de capacitar os cidadãos a lidarem de maneira crítica e responsável e no ambiente digital. Mas precisamos avançar mais, pois uma população bem informada e capaz de analisar as informações que recebe é essencial para a saúde de qualquer democracia, inclusive a nossa.

BLANCO, Patrícia. Disponível em: <https://www.campogrande-news.com.br/artigos/a-importancia-da-educacao-no-combate-a-desinformacao>. Acesso em 10/09/2023.

01- De acordo com o texto, é correto afirmar que a autora:

- A. critica o atual modelo de educação por não atender às demandas voltadas para a linguagem virtual, principalmente, a das redes sociais.
- B. expõe a realidade de outros países, que já atuam com a educação midiática nas escolas, ao demonstrar os empecilhos enfrentados e os benefícios desse projeto educacional.
- C. defende a inserção de uma educação midiática nos recintos escolares, como luta contra a disseminação de informações falsas, para uma circulação segura e de princípios na esfera digital.
- D. sugere uma alteração nos currículos escolares em consonância com uma formação de uso de conteúdos midiáticos com o intuito de ampliar a leitura e a compreensão na escola.
- E. apresenta políticas públicas eficazes de combate a conteúdos enganosos compartilhados nas redes, bem como a inclusão de uma educação crítica e virtual.

02-O texto, no tocante à sua tipologia e à intenção de sua produção, se denomina como:

- A. expositivo
- B. injuntivo
- C. descritivo
- D. argumentativo
- E. narrativo

03- No excerto “O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação.”, a expressão sublinhada foi utilizada linguisticamente de forma:

- A. literal
- B. metalinguística
- C. apelativa
- D. fática
- E. figurada

04- No fragmento “O que temos visto nos últimos tempos é uma *avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos*”, o termo grifado se diferencia morfológicamente do destacado em:

- A. “... que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais”.
- B. “É inegável que a proliferação de novos canais de informação...”.
- C. “... fluxo de informações que nos cerca.”
- D. “... aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona”.
- E. “...Finlândia, que implementou políticas públicas eficazes”.

05- No enunciado: “Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança.”, apresenta-se um período composto formado por:

- A. Orações assindéticas.
- B. Orações subordinadas.
- C. Orações coordenadas.
- D. Orações intercaladas.
- E. Orações principais.

06- No período: “É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à desinformação.”, o conectivo, em destaque, estabelece uma relação semântica de:

- A. adversidade
- B. comparação
- C. explicação
- D. hipótese
- E. adição

07- No fragmento “... aprender a utilizar a tecnologia para participar da sociedade de forma ética”, o enunciado destacado pode ser reescrito sem alteração de sentido em:

- A. ... ainda que participe da sociedade de forma ética.
- B. ... a fim de que participe da sociedade de forma ética.
- C. ... já que participa da sociedade de forma ética.
- D. ... pois participa da sociedade de forma ética.
- E. ... conforme participe da sociedade de forma ética.

08- No trecho “e identificar os preconceitos na mídia”, o verbo grifado exige um complemento. Tal exigência não se configura na alternativa:

- A. “O país nórdico é hoje”.
- B. “abrir cada vez mais espaço”.
- C. “formatos trouxeram dinamismo”.
- D. “implementar a educação midiática”.
- E. “combatendo o discurso de ódio.”

09- A palavra sublinhada é gramaticalmente uma preposição na alternativa:

- A. “Sem contar que as redes sociais ampliaram muito positivamente a comunicação...”
- B. “... a ampliação dos espaços de participação é positiva...”
- C. “... ajudar crianças e jovens a terem uma relação mais saudável...”

- D. “... é essencial para a saúde de qualquer democracia...”
E. “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”

10- No trecho: “Na prática, o objetivo da educação midiática é oferecer oportunidade para que qualquer pessoa desenvolva as competências necessárias para navegar no universo informacional com segurança.”, o emprego da vírgula atende aos preceitos da pontuação. Indique a alternativa cujo uso da vírgula se justifica pela mesma regra.

- A. “Novos veículos de comunicação, novos espaços e formatos trouxeram dinamismo...”
B. “O país nórdico é hoje o campeão, pela sexta vez consecutiva, em resiliência...”
C. “O Brasil, aos poucos, está começando a reconhecer a importância de capacitar os cidadãos ...”
D. “ ... para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo,...”
E. “É necessário avançar em soluções de longo prazo, que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais,...”

11- No enunciado: “esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona, visando principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.”, a regência verbal do verbo destacado é respeitada. Assinale a alternativa que apresenta desvio em relação à regra da regência.

- A. Assistindo principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.
B. Referindo-se principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania.
C. Lembrando-se principalmente do fortalecimento da autoexpressão, do protagonismo jovem e do exercício da cidadania.
D. Confiando principalmente no fortalecimento da autoexpressão, no protagonismo jovem e no exercício da cidadania.
E. Simpatizando principalmente pelo fortalecimento da autoexpressão, pelo protagonismo jovem e pelo exercício da cidadania.

12- Analise, a seguir, as assertivas acerca dos elementos linguísticos presentes na construção texto e indique a alternativa incorreta:

- A. Nos trechos “Para além do combate à desinformação” e “a sala de aula é fundamental”, os termos em destaque desempenham a mesma função sintática.

- B. Em “há também uma faceta negativa nesse movimento”, o verbo ‘haver’, nesse contexto, é impessoal, empregado no sentido de ‘existir’.
C. Em “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”, o termo grifado desempenha sintaticamente a função de predicativo do sujeito como ocorre no destacado em “a ampliação dos espaços de participação é positiva”.
D. No trecho “Levar esse tema para a sala de aula é fundamental e urgente.”, a oração em destaque exerce a mesma função sintática do termo destacado em “esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades”.
E. Em “sentido ao enorme fluxo de informações que nos cerca.”, a oração destacada expressa um sentido de restritivo, com função adjetiva.

13- Está correto o emprego das formas verbais em:

- A. As instituições de ensino não se absteram de novas mudanças curriculares para atender às demandas sociais.
B. Os temas relacionados a uma educação midiática, em alguns países, proporam ações conjuntas entre governo e estabelecimento de ensino.
C. Muitos ambientes escolares já premeiam seus alunos com uma educação midiática de forma crítica e responsável no combate à desinformação.
D. Países, como a Finlândia, já intervieram no combate à desinformação virtual, propondo medidas educacionais de excelência nos espaços escolares.
E. Conteúdos fraudulentos adviram de divulgações intencionais e perigosas no ambiente virtual nos últimos tempos.

14- Quanto aos elementos de coesão mobilizados no texto, os termos destacados nos trechos a seguir remetem a alguma informação que já foi exposta anteriormente, exceto na alternativa:

- A. “O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da desinformação.”
B. “... preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais, mas também para os que possam surgir no futuro”.
C. “Para além do combate à desinformação, esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades...”
D. “... implementou políticas públicas eficazes para formar mediaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico.”
E. “A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização

tornam o combate à desinformação cada vez mais árduo e complexo.”

15- Sobre os recursos linguístico-gramaticais utilizados no texto, analise-os nos enunciados a seguir e assinale a alternativa correta:

- A. Em “A desinformação é um problema crescente na sociedade moderna.”, o prefixo destacado possui valor semântico de negação, da mesma forma que o destacado no vocábulo ‘irromper’.
- B. Em “... em resiliência à desinformação e ao fenômeno da pós-verdade”, o vocábulo sublinhado tem sua escrita ortográfica com o uso do hífen, como também ocorre na palavra ‘anti-reforma’.
- C. Em “... a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente.”, a ocorrência de crase respeita a norma culta, da mesma forma que na expressão ‘à respeito de’.
- D. Em “Com a facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas ultramodernas e de fácil aplicação e com a ampla oferta de canais de distribuição de alto impacto ...”, as expressões grifadas indicam, no contexto, uma circunstância espaço-temporal.
- E. Em “... de repente, cada um de nós passou a poder produzir informações...”, a concordância verbal está correta, como também estaria se o sujeito fosse ‘Qual de nós’.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Sobre a documentação de auditoria, analise os itens a seguir:

- I. A documentação de auditoria deve incluir uma estratégia de auditoria e um plano de auditoria.
- II. Os auditores devem preparar documentação de auditoria que seja suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas.
- III. A documentação de auditoria deve ser suficientemente detalhada para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados, a evidência obtida para apoiar as conclusões e recomendações da auditoria, o raciocínio por trás de todas as questões relevantes que exigiram o exercício do julgamento profissional e as respectivas conclusões.

- IV. A documentação de auditoria deve registrar os procedimentos executados e a evidência obtida e apoiar a comunicação dos resultados da auditoria.

Está correto o que foi dito nos itens:

- A. I, e III, apenas.
- B. I e II, apenas.
- C. II e IV, apenas.
- D. II, III e IV, apenas.
- E. I, II, III, e IV.

17- No planejamento de uma auditoria, os auditores não devem:

- A. Obter um entendimento da natureza da entidade ou do programa a ser auditado.
- B. Avaliar a evidência de auditoria e tirar conclusões.
- C. Identificar e avaliar os riscos de fraude relevantes para os objetivos da auditoria.
- D. Assegurar que os termos da auditoria sejam claramente estabelecidos.
- E. Realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria.

18- A Auditoria de Avaliação da Gestão:

- A. Objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do ente ou a ele confiados.
- B. É realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- C. Objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.
- D. Compreende o exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.
- E. Consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administra-

ção pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

19- Sobre o método de amostragem probabilístico é correto afirmar:

- A. Não pode ser submetido a tratamento estatístico.
- B. Os resultados obtidos na amostra são generalizáveis para a população avaliada.
- C. Este método se baseia na experiência do servidor.
- D. Este método não serve de suporte para uma argumentação.
- E. É utilizado quando se deseja obter informações detalhadas sobre questões particulares, durante um espaço de tempo específico.

20- Em 1995 ocorreu, no Brasil, a Terceira Reforma Administrativa, com a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Sobre essa reforma administrativa não se pode afirmar:

- A. Estabeleceu a implementação de uma reforma gerencial, buscando uma desburocratização do modelo anteriormente imposto pela Constituição Federal de 1988.
- B. Objetivou limitar a ação do Estado às funções que lhe são próprias, reservando os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.
- C. Buscou a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, a fim de se contrapor ao patrimonialismo, clientelismo e ao nepotismo.
- D. Transferiu da União para os estados e municípios as ações de caráter local, somente cabendo a ação direta da União em casos de emergência.
- E. Substituiu o modelo de administração voltado para o controle *da priori* dos processos, pelo modelo baseado no controle *a posteriori* dos resultados e na competição administrada.

21- “(...) refere-se às condições políticas, a capacidade e legitimidade que um governo tem, isto é, está vinculada a ação do governo em si, de ‘governar’. (...) tem uma dimensão essencialmente estatal, cingida ao sistema

político-institucional, e relaciona-se com a capacidade do governo para identificar problemas e criar políticas adequadas ao seu enfrentamento, incitando os meios e recursos necessários à execução de tais políticas, bem como a sua implementação.”. (RIBCZUK e NASCIMENTO, 2015). Trata-se da definição de:

- A. Governança
- B. Governabilidade
- C. Accountability
- D. Gestão Pública
- E. Sistema político

22- Não é uma causa de vacância do cargo público:

- A. Promoção
- B. Aposentadoria
- C. Posse em outro cargo inacumulável
- D. Transferência
- E. Exoneração

23- Observe as proposições a seguir:

- I. Controle exercido pelos cidadãos sobre os governantes, mediante voto em representantes.
- II. Fiscalização mútua entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (sistema de checks and balances).
- III. Fiscalização através de agências governamentais de monitoramento do Poder Público.
- IV. Plebiscitos.
- V. Controle social.

São exemplos de accountability horizontal:

- A. I e II, apenas.
- B. I e III, apenas.
- C. II e III, apenas.
- D. II, III e V, apenas.
- E. I, II, III e IV, apenas.

24- De acordo com o regramento estabelecido pela Lei 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos), sobre o edital de licitação é incorreto afirmar:

- A. O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.
- B. O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

- C. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
- D. Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- E. Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, poderão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sendo necessário o registro ou a identificação para acesso.

25- Segundo a Lei 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos), são procedimentos auxiliares das licitações, exceto:

- A. Procedimento de manifestação de interesse.
- B. Sistema de registro de preço.
- C. Credenciamento.
- D. Diálogo competitivo.
- E. Registro cadastral.

26- Conforme a Lei 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos), dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei de licitações cabem:

- A. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face do julgamento das propostas.
- B. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado.
- C. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação do ato de habilitação ou inabilitação de licitante.
- D. Recurso, no prazo de 3 (três) dias corridos, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face da anulação da licitação.
- E. Pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

27- O processo de contratação direta, estabelecido pela Lei 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos), deve ser instruído com os seguintes documentos, exceto:

- A. Estimativa de despesa.
- B. Documento de formalização da demanda.
- C. Razão da escolha do contratado.
- D. Justificativa de preço.
- E. Edital.

28- O exercício financeiro é o período em que deve vigorar ou ser executada a lei orçamentária. Quanto ao exercício financeiro, assinale a alternativa correta:

- A. Coincide com o ano civil, sendo compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro, somente sendo consideradas como receitas e despesas do exercício aquelas que se verificam dentro desse período, em cada ano.
- B. Coincide com o ano civil, sendo compreendido de 1º de janeiro a 31 de dezembro, somente sendo consideradas como receitas e despesas do exercício aquelas que se verificam dentro desse período, em cada ano e aquelas cuja previsão anual não se efetivou estendendo-se ao ano subsequente.
- C. Coincide com o ano legislativo, sendo compreendido de 02 de fevereiro a 22 de dezembro, sendo consideradas como receitas e despesas do exercício aquelas que se verificam dentro desse período.
- D. Corresponde ao período de 02 de janeiro a 28 de dezembro, sendo consideradas como receitas e despesas do exercício aquelas que se verificam dentro desse período, em cada ano e aquelas cuja previsão anual não se efetivou estendendo-se ao ano subsequente.
- E. Abrange o período de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte, somente sendo consideradas como receitas e despesas do exercício aquelas que se verificam dentro desse período.

29- Acerca do prazo prescricional da ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativo, Lei nº 8.429, de 1992, reformada pela Lei nº 14.230, de 2021, analise as proposições a seguir e julgue-as com V para verdadeira e F para falsa:

I – O prazo prescricional é de oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

II – A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos atos ilícitos de improbidade administrativa interrompe o curso do prazo prescricional, recomeçando a correr após a sua conclusão

ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de cento e oitenta dias estipulado para a sua conclusão.

III – A publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão de improcedência ou que reforma acórdão condenatório interrompe o prazo prescricional.

IV – Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a contar do dia da interrupção, pelo prazo de quatro anos.

V - A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.

Assinale a única alternativa que indique as proposições falsas.

- A. I e II, apenas.
- B. II e III, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. III e V, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

30- Sobre o controle interno e controle externo da administração pública, analise as proposições a seguir e julgue-as com V para verdadeira e F para falsa:

- () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão manter, de forma integrada, sistemas de controle interno e externo.
- () A fiscalização do Município será exercida mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno, cujas competências são do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo Municipal, respectivamente.
- () As contas dos Municípios ficarão, durante cento e vinte dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- () Em razão da vedação constitucional, só existem Tribunais de Contas no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, não havendo Tribunais de Contas Municipais.
- () A fiscalização do Poder Executivo no âmbito dos municípios será exercido mediante sistemas de controle interno a cargo da Câmara de Vereadores e com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual.

Assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- A. V, V, F, F, V.
- B. F, V, V, F, F.
- C. F, F, V, V, F.
- D. V, F, F, F, F.
- E. F, F, F, F, F.

31- Quanto à Ordem Econômica e Financeira estabelecida pela Constituição Federal de 1988, não se considera princípio geral da atividade econômica:

- A. Propriedade privada.
- B. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- C. Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- D. Busca do pleno emprego.
- E. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

32- No que diz respeito ao Sistema Constitucional de Orçamentos e Finanças Públicas, assinale a alternativa incorreta:

- A. A emissão de moeda é de competência da União, sendo exercida exclusivamente pelo Banco Central, cujo presidente e diretores são nomeados pelo Presidente da República, com prévia aprovação do Senado Federal.
- B. É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- C. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes somente é permitida mediante Decreto devidamente fundamentado.
- D. O Poder Executivo deverá publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- E. Em razão do princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não poderá dispor sobre qualquer outras matérias estranhas aos pontos essencialmente orçamentários.

33- De acordo com o Sistema de Normas De Finanças Públicas, a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 2000). Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta.

- A. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida: União: 50%; Estados: 60%; Municípios 60%.

- B. As despesas com indenização por demissão de servidores ou empregados não serão computadas na verificação do atendimento dos limites definidos pela Lei.
- C. A verificação do cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal será realizada ao final de cada trimestre.
- D. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido pela Lei, ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso serão vedadas a criação de cargo, emprego ou função; a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, entre outras vedações legais.
- E. Na esfera municipal, a repartição dos limites globais de despesas total com pessoal não poderá exceder os percentuais de 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e 54% para o Executivo.
- 34- Sobre o abuso de poder na administração pública, é incorreto afirmar:
- A. Chama-se desvio de poder quando o agente público busca alcançar fim diverso do que foi previsto pela lei que lhe permitiu agir, desviando-se, pois, da finalidade da lei.
- B. É defeso à própria Administração invalidar seu ato administrativo praticado com abuso de poder, por força do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- C. Considera-se excesso de poder quando o agente atua fora dos limites de sua competência administrativa, invadindo atribuições conferidas a outros agentes, ou exercendo atividades que a lei não lhe conferiu.
- D. Nem toda ilegalidade se reveste de abuso de poder, mas todo abuso de poder se configura como ilegalidade.
- E. O ato administrativo praticado sob abuso de poder se sujeita ao controle judicial.
- 35- Ocorre quando, o Estado, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, que já existia anteriormente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço. Trata-se do conceito de:
- A. Centralização administrativa.
- B. Concentração administrativa.
- C. Descentralização territorial.
- D. Descentralização desconcentrada.
- E. Descentralização por colaboração.
- 36- Consideram-se fontes materiais do Direito Administrativo, apenas:
- A. As leis.
- B. As leis e a jurisprudência.
- C. As leis, a jurisprudência e a doutrina.
- D. A jurisprudência, a doutrina e o costume.
- E. O costume.
- 37- Segundo este Princípio do Orçamento Público, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público:
- A. Princípio da Unidade.
- B. Princípio da Universalidade.
- C. Princípio da Exclusividade.
- D. Princípio da Periodicidade.
- E. Princípio do Orçamento Bruto.
- 38- Acerca das etapas da Receita Orçamentária, associe corretamente as etapas e seus respectivos conceitos:
- a – Lançamento
b – Previsão
c – Recolhimento
d – Arrecadação
- I - Transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira.
- II - Etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de servi como base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.
- III - Ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- IV - Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- Assinale a única alternativa que indica a sequência de associações corretas.
- A. a – II; b – III; c – I; d – IV.
- B. a – III; b – II; c – I; d – IV.
- C. a – I; b – II; c – III; d – IV.
- D. a – III; b – II; c – IV; d – I.
- E. a – IV; b – III; c – I; d – II.

39- Quanto aos créditos adicionais, julgue as proposições com V para verdadeira e F para falsa:

- () Os créditos suplementares, especiais e extraordinários necessitam de prévia autorização legislativa.
- () Os créditos especiais têm por finalidade o reforço de dotações orçamentárias já existentes.
- () Os créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- () Em virtude de sua natureza, os créditos extraordinários prescindem de indicação dos recursos disponíveis.
- () A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas.

- A. V, F, F, F, V.
- B. F, V, V, F, F.
- C. F, F, V, V, F.
- D. F, F, F, V, V.
- E. F, F, F, F, F.

40- Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Trata-se do conceito de:

- A. Empenho, etapa que antecede a liquidação nos estágios da despesa orçamentária.
- B. Empenho, etapa que sucede a liquidação nos estágios da despesa orçamentária.
- C. Liquidação, etapa que antecede o empenho nos estágios da despesa orçamentária.
- D. Liquidação, etapa que sucede o empenho nos estágios da despesa orçamentária.
- E. Restos a pagar, última etapa nos estágios da despesa orçamentária.

